

No Dia da Mulher, ANFIP prepara encontro virtual, com sorteio de brindes e programação especial

Atenção, associados, especialmente as mulheres que fazem parte desta família anfpiana! No dia **8 de março**, em comemoração do **Dia Internacional da Mulher**, a ANFIP promove uma live comemorativa, com a participação de convidadas especiais, muita leveza e, claro, sorteio de brindes.

Serão sorteados cinco vale compras, dois smartphones, duas smart TVs e dois notebooks. Confira as especificações técnicas logo abaixo. E tem mais! Cinco sorteios serão exclusivamente para as mulheres inscritas. Mas, atenção, todos podem participar dos demais. Faça [AQUI](#) sua inscrição!

Então, anote na agenda! Dia 8 de março nos vemos em mais um encontro virtual. A live será no [Youtube](#) e [Facebook](#) da ANFIP, a partir das 15 horas.

Especificações técnicas:

- 5 Vale compras de R\$ 1.000,00 cada
- 2 Smartphone Samsung Galaxy A71 Dual Chip Android Tela 6,7" Octa-Core 2.2 GHz 128GB 4G Câmera Quádrupla
- 2 Smart TV UHD 4K LED 50" LG 50UN7310PSC Wi-Fi – Bluetooth Inteligência Artificial 3 HDMI 2 USB
- 2 Notebooks Acer Aspire 3 A315-56-3090 Intel Core i3



Plano Unimed/ANFIP: Carência zero para novas adesões até dia 1º de março

Associados, atenção! As adesões com Carência Zero ao plano de saúde ANFIP/Unimed Vitória podem ser feitas até o dia 1º março. Corra que ainda dá tempo!

São três opções de plano, com a vantagem de ainda contar com plano odontológico sem custo adicional. Estão disponíveis mensalidades a partir de R\$ 244,64 (plano Premium Nacional), para a faixa etária de 0 a 18 anos, com acomodação enfermagem. Ressalta-se que a promoção tem apenas três exceções, nos casos de partos, internações e cirurgias.

Ter plano de saúde é ter mais segurança e tranquilidade para a vida, especialmente neste momento de pandemia. Foi

pensando nisso que a ANFIP e a Benevix, administradora do plano de saúde, iniciaram esta campanha, que beneficia diretamente os associados.

Não perca tempo! Entre em contato com a central de vendas no telefone 0800 591 0534 ou no site da Benevix ([AQUI](#)) e solicite uma proposta. Confira [AQUI](#) todos os detalhes para adesão.

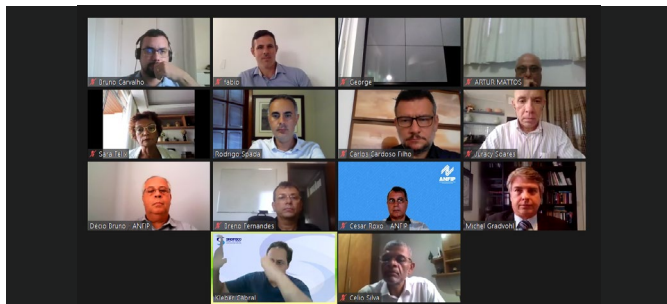
Clientes Unimed contam com mais de 110 mil médicos ativos, 106 hospitais próprios e 11 hospitais dia, além de pronto-atendimentos, laboratórios, ambulâncias e hospitais credenciados para garantir qualidade na assistência médica, hospitalar e de diagnóstico complementar oferecidos.

Administração Tributária na
agenda da semana
PÁGINA 2

Live expõe consequências da
PEC 32/2020
PÁGINA 3

ME disponibiliza comprovante
de rendimentos
PÁGINA 5

Fiscos debatem eficiência da Administração Tributária



O presidente da ANFIP, Décio Bruno Lopes, e o vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários, Cesar Roxo Machado, participaram, na segunda-feira (22/2), de reunião com dirigentes de entidades de carreiras do fisco para tratar sobre as premissas de uma Administração Tributária ainda mais eficiente.

Na oportunidade, o integrante da Comissão Tributária da Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais (Febrafite), Fábio Verbicário, apresentou as principais recomendações para as administrações tributárias segundo estudos da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e do Centro Interamericano de Administrações (CIAT). O objetivo

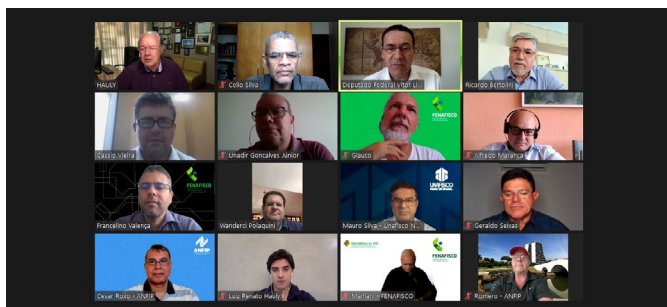
foi contribuir para futuras propostas de edição de uma lei complementar que trate de garantias e prerrogativas dos auditores fiscais dos entes federativos e de interesse dos contribuintes na Reforma Tributária.

Segundo o estudo, para que haja uma Administração Tributária efetiva, são necessários o fomento da conformidade tributária, a redução da burocracia e a construção da confiança dos contribuintes. “A própria Administração se coloca como adversária, como uma questão punitiva e não deveria ser assim”, destacou Fábio Verbicário.

Outros tópicos centrais para o sucesso de uma Administração Tributária, de acordo com o estudo apresentado, são: independência funcional para exercer os poderes estatutários; corpo técnico unificado para todos os tributos de cada jurisdição; autonomia organizacional para planejamento, organização, gestão de orçamento, recursos humanos e alocação de recursos; clareza nas regras; responsabilidade; e governança.

Os representantes das entidades deliberaram a realização de nova reunião para discutir a possibilidade de criação de uma comissão para elaboração do texto de lei complementar. O grupo também permanecerá acompanhando de perto as questões relacionadas às reformas Tributária e Administrativa.

Pacto de Brasília defende autonomia do Fisco com deputado



Em reunião virtual realizada na segunda-feira (22/2), a ANFIP e as demais entidades do Fisco apresentaram o texto tributário alternativo à PEC 110/2019 – em tramitação no Senado – ao deputado federal Vitor Lippi (PSDB-SP), com o intuito de “apapar as arestas” e acertar os últimos detalhes para seu encaminhamento à Comissão Especial Mista da Reforma Tributária.

Para Lippi, um dos integrantes da Comissão, a aprovação desta Reforma é a mais importante, sendo a que mais impactará na realidade dos brasileiros. Em suas contribuições, ressaltou

a necessidade de combater a judicialização e a insegurança jurídica, o encarecimento da exportação e o fechamento de indústrias, além de diversos outros problemas que assolam o país devido, segundo ele, à complexidade do sistema. “O país está doente, está ficando para trás em relação ao restante do mundo. Estamos aqui a favor do Brasil, estamos aqui para somar”, frisou. O deputado aproveitou a oportunidade para agradecer o grupo pela iniciativa e elogiar seu desempenho.

O material, nomeado “Pacto de Brasília”, foi elaborado pelos representantes dos fiscos Federal, Estadual, do Distrito Federal e dos Municípios, que chegaram a um consenso sobre a autonomia da administração e o aperfeiçoamento da regulamentação constitucional da estrutura tributária. De acordo com o atual consultor do grupo, Luiz Carlos Hauly (PMDB-PR), o texto foi elaborado para ser “moderno, simples, fraterno e solidário”, considerando e respeitando todos os setores e suas nuances.

Pela ANFIP, participaram do encontro virtual o vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários, Cesar Roxo Machado, e o assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Antonio Romero.

EXPEDIENTE LINHA DIRETA

Linha Direta é uma publicação da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.
SEDE: SBN Qd. 01 BL. H Ed. ANFIP - Brasília/DF - CEP: 70040-907
Telefone: (61) 3251 8100
Whatsapp: (61) 98289 5150

Linha Direta é publicação semanal de propriedade da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil. As opiniões externadas nos artigos são de responsabilidade de seus autores.

Envie seus comentários sobre o **Linha Direta** para o email: comunicacao@anfip.org.br

DIRETOR RESPONSÁVEL
Benedito Cerqueira Seba

EDITORA
Ludmila Machado

REPORTAGEM
Daiana Lima, Ludmila Machado e
Thayná Cavalcante.

ESTAGIÁRIA
Marina Rodrigues

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA
Gilmar Vitalino e Allan Vitalino

CONSELHO EDITORIAL
Décio Bruno Lopes
Eucélia Maria Aguzzi Mergár
Crésio Pereira de Freitas
José Arinaldo Gonçalves Ferreira
Benedito Cerqueira Seba
Cesar Roxo Machado



www.instagram.com/anfipnacional



www.facebook.com/anfip.nacional



www.twitter.com/anfipnacional



www.youtube.com/anfipoficial

DETALHES E OUTRAS INFORMAÇÕES: WWW.ANFIP.ORG.BR

“Estamos garantindo que o Estado brasileiro vá para a UTI”, aponta Live Série ANFIP sobre a Reforma Administrativa

Na quarta-feira (24/2), a ANFIP, em parceria com a Agência Servidores, promoveu mais uma live, desta vez com o tema: “Reforma Administrativa: Inova ou Prejudica o Serviço Público”. Pela Entidade, participaram o presidente, Décio Bruno Lopes, e os vice-presidentes Márcio Humberto Gheller (Executivo) e José Arinaldo Gonçalves Ferreira (Políticas de Classe e Salarial), que receberam os convidados deputado Israel Batista (PV-DF), presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público (Servir Brasil); Pedro Pontual, presidente da Associação Nacional dos Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental (Anesp); e Rudinei Marques, presidente do Fórum Nacional de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate).

Realizando a abertura do evento, **Décio Lopes** esclareceu que o principal objetivo do debate é levar à opinião pública as consequências da PEC 32/2020, ao passo que expõe a insegurança jurídica gerada aos antigos e novos servidores, e questiona se a proposta visa, de fato, aumentar a qualidade do serviço público brasileiro. O presidente reforçou que a ANFIP trabalha, diariamente, para levantar questões de interesse não só dos associados e dos servidores, mas de toda a sociedade civil. “Precisamos de um Estado real, que contribua de forma propositiva e ativa para a erradicação da pobreza e promoção de direitos e igualdade sociais”, complementou.

Ao se pronunciar, **Márcio Gheller** destacou que a Associação se preocupa com a Reforma Administrativa porque afeta diretamente a vida de todos, e a preocupação maior, nesta época de pandemia, é com a insegurança gerada nas pessoas ao receberem notícias sobre corte de salários, redução de aposentadorias e transformações bruscas na Administração Pública. “Nós não somos contra mudanças, mas pedimos que as coisas sejam feitas com moderação”, reivindicou o vice-presidente.

Pedro Pontual explicou a importância do mapeamento dos problemas e do diagnóstico para se chegar a um tratamento adequado. Segundo ele, qualquer tipo de reforma administrativa deveria ser embasada no relato de dois grupos essenciais: os usuários dos serviços e os que trabalham em prol de sua prestação. “Sem ouvir essas duas partes fica muito difícil o governo conseguir acertar. Sem saber o que corrigir, você mexe em coisas que acabam agravando o problema”, apontou. Em sua exposição, esclareceu o mito de que o Estado brasileiro é “inchado”, que seria uma das alegações utilizadas para sustentar a lógica “rasa e anacrônica” da reforma, ocorrendo uma inversão de prioridades cujo foco está, primeiro, nos agentes financeiros e, depois, nos direitos individuais e sociais dos brasileiros.



Finalizando suas contribuições, fez um paralelo da situação das reformas com a pandemia, sobretudo no tocante à defesa de medicamentos que não só são comprovadamente ineficazes, como também causam graves efeitos colaterais. “As duas PECs fazem exatamente isso: não tratam a doença, os problemas que de fato existem; e ainda podem acarretar problemas piores”. E alerta: “O padrão “cloroquina” já está instalado. O que está acontecendo é que estamos garantindo que o Estado brasileiro vá para a UTI. Essa pretensão de modernização é apenas uma prescrição médica completamente irresponsável.”

Ao comentar a PEC 32/2020, **José Arinaldo** ressaltou que a proposta coloca em risco, ainda, a proteção social garantida pela Constituição Federal de 1988. “Muitos dizem que essa PEC tem o objetivo de acabar com o serviço público e eu concordo. Os princípios que foram introduzidos na Administração Pública, como o princípio da subsidiariedade, veio com o objetivo de doar o serviço público para a iniciativa privada. Mas o Estado brasileiro tem as suas responsabilidades. É ele que cuida da Educação, da Saúde, da Previdência Social. Se você ceder esses serviços para a iniciativa privada, você vai correr infinitos riscos. O governo, agindo dessa maneira, está rifando o funcionalismo, o que poderá ter consequências gravíssimas para a sociedade brasileira”, sinalizou o vice-presidente.

Para o deputado federal **Professor Israel Batista** (PV/DF), a PEC 32/2020 pretende fazer uma reforma meramente fiscalista. “Essa reforma administrativa não tem a intenção de melhorar o serviço público. É uma proposta de gaveta e toda vez que o país entra numa chamada crise fiscal, em que o governo decide que precisa economizar, e que o mercado impõe essa economia ao governo, abre-se a gaveta e pega-se essa proposta empoeirada. Se fosse realmente uma proposta de reforma administrativa, nós a apoiariamos, porque o serviço público precisa de aperfeiçoamento constante, isso é normal”, ilustrou.

Em relação à proposta de aumentar os poderes do presidente da República para extinguir cargos e órgãos sem o aval do Legislativo, o parlamentar disse que é mais uma tentativa de desestruturar o Estado brasileiro. “Têm grupos que, constantemente, estão atacando a estrutura do Estado brasileiro para poder se apoderar dessas estruturas. Quando o político ataca o servidor de carreira, no fundo ele quer indicar o seu apadrinhado político para aquele espaço”. E completou: “uma das principais medidas dessa desestruturação do Estado é a autorização para que os chefes do Poder Executivo possam extinguir órgãos e cargos, especialmente órgãos autárquicos, por decreto. Isso é um retrocesso de séculos da nossa história. O Estado tem que ter continuidade. O Estado não é governo e governo não é Estado. É um poder extravagante, ditatorial. Precisamos da participação dos outros Poderes”, evidenciou o deputado.

Por fim, **Rudinei Marques** fez questão de lembrar que há diversas coisas acontecendo simultaneamente, e que a sociedade não pode focar apenas em um ponto e esquecer que há outros, talvez até mais graves que a PEC 32/2020. Marques destacou, como exemplo, a PEC 186/2019 (PEC Emergencial), também citada por Pedro Pontual, que tramita no Congresso Nacional em ritmo acelerado. De acordo com ele, o substitutivo tem o mérito de criar condições para o enfrentamento das consequências econômicas e sociais decorrentes da pandemia, trazendo, no entanto, propostas agregadas que prejudicam o serviço público, como o congelamento salarial que pode vigorar até 2036.

“Não podemos negar o mérito de uma PEC dessa natureza, com milhões de brasileiros desempregados precisando que o Estado faça a liberação do auxílio emergencial para que eles possam comer. Mas, o governo aproveitou a emergência e colocou uma verdadeira reforma administrativa dentro da PEC 186/19. Precisamos de unidade, competência e força para esse enfrentamento”, concluiu Marques.

A live completa está disponível [AQUI](#).

Entidades de servidores elaboram emendas para impedir congelamento de salários



O senador Marcio Bittar (MDB-AC) apresentou na segunda-feira (22/2) substitutivo à PEC 186/2019 (PEC Emergencial). Com o objetivo de manter o pagamento do auxílio emergencial, o texto estabelece, em contrapartida, uma série de mecanismos para que União, estados e municípios promovam ajustes fiscais, entre eles permite o congelamento dos salários dos servidores públicos.

As entidades que integram o Fonacate (Fórum Nacional de Carreiras Típicas de Estado), entre elas a ANFIP, representada pelo presidente Décio Bruno Lopes e o assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Antonio Romero, reuniram-se na terça-feira (23/2) para estabelecer ações emergenciais para impedir que o texto seja aprovado como está, ainda que as entidades considerem que o governo não pode utilizar uma situação transitória e emergencial para mudar a Constituição e congelar salários.

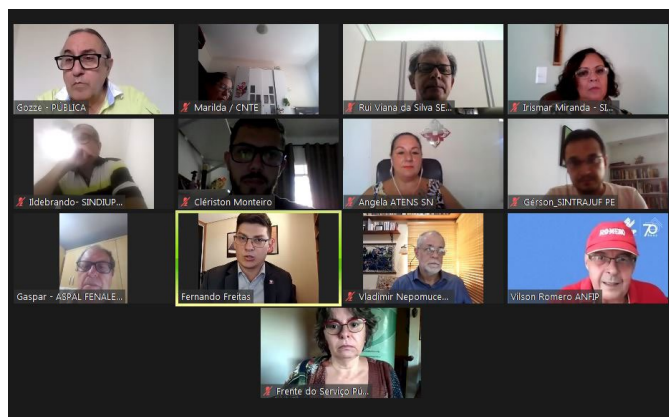
O grupo debateu e definiu o conteúdo de emendas a serem apresentadas aos artigos 167A e 167G e ao artigo 109 do ADCT

que, juntos, indicam o congelamento salarial que pode vigorar até 2036. Confira [AQUI](#) o substitutivo do senador Marcio Bittar e [AQUI](#) o resumo. Como a PEC saiu da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania para o Plenário da Casa, por determinação do presidente, senador Rodrigo Pacheco, emendas só podem ser protocoladas com o apoio de no mínimo 27 senadores. As entidades já estão em contato com parlamentares e buscará o apoio necessário.

Além do congelamento dos salários, o substitutivo veda ainda, caso as operações de crédito da União excedam as despesas de capital, a criação de cargo, emprego ou função que implique aumento de despesa; a alteração de estrutura de carreira; e a admissão ou contratação de pessoal ressalvadas as reposições de cargos de chefia e de direção que não acarretem aumento de despesa. Também estariam proibidas a realização de concurso público; a criação ou prorrogação de auxílios, vantagens, bônus, abonos, inclusive os de cunho indenizatório, em favor de membros de Poder, do Ministério Público ou da Defensoria Pública e de servidores, empregados públicos e militares, ou ainda de seus dependentes; e a criação de despesa obrigatória.

PEC 32/20 – Na oportunidade, os dirigentes também analisaram os destaques da PEC 32/20, da Reforma Administrativa, sugeridos pelas entidades. Segundo informações da Agência Câmara, o presidente Arthur Lira (PP-AL) afirmou que é possível a aprovação pelo Congresso Nacional da Reforma Administrativa em até dois meses e da Reforma Tributária em até oito meses. Quanto à PEC Emergencial, Lira afirmou que, se o Senado aprovar, o texto seguirá um rito célere na Câmara, com previsão de votação em até 15 dias.

Frente Parlamentar orienta que mobilizações em defesa do serviço público sejam intensificadas



Em reunião da Frente Parlamentar Mista do Serviço Público, realizada na segunda-feira (22/2), as entidades participantes, entre elas a ANFIP, alertaram para a necessidade de as ações em defesa do serviço público se intensificarem, uma vez que a PEC 32/2020 (Reforma Administrativa) é uma

das prioridades do governo e, provavelmente, tramitará em um curto espaço de tempo.

A reunião foi coordenada pelo assessor de Estudos Socioeconômicos da ANFIP, Vilson Antonio Romero, que enfatizou que é urgente a união e o foco de todos neste momento. “É imprescindível que os parlamentares da Frente se engajem nos trabalhos para que as entidades tenham alguma interlocução efetiva com o Parlamento. Estamos em trabalho virtual e não teremos oportunidade de fazer ações dentro do Congresso Nacional, por isso o esforço deve ser dobrado”, relatou.

Os dirigentes presentes no encontro virtual apresentaram as iniciativas de cada entidade, além do andamento das mobilizações nos estados, como as carreatas realizadas em várias localidades e os tuitos semanais. A Frente é um espaço amplo de deliberação e organização para conscientizar os parlamentares indecisos e pressionar aqueles que já manifestaram o voto favorável à matéria.

ATENÇÃO: Estelionatários aplicam golpes utilizando nomes de Conselheiros

Um novo golpe começou a ser aplicado junto aos associados da ANFIP, principalmente aqueles residentes no estado de São Paulo. Golpistas estão telefonando para os associados, se passando pelo presidente do Conselho Executivo, Décio Bruno Lopes, e pelo vice-presidente Executivo, Márcio Humberto Gheller, informando que há valores a serem percebidos nas execuções da GDAT e GAT e que, para isso, o associado deverá entrar em contato com o Procurador-Chefe da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, de nome Paulo Fonseca, em um número de telefone fixo de Brasília (DF).

A ANFIP solicita ao associado que não dê seguimento à ligação, pois trata-se de um golpe. A execução da GDAT ainda não transitou em julgado e os precatórios já foram inscritos, mas estão bloqueados. É necessário aguardar o trânsito em julgado para que os valores sejam liberados. Já a ação da GAT ainda está em fase de conhecimento, não havendo, ainda, previsão para início da execução.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional não é o órgão legitimado a tratar dessas ações e jamais telefonaria para um exequente dizendo que há valores a serem percebidos. Essa função é da própria ANFIP, que faz a comunicação por meio de cartas.

ALERTA CONTRA GOLPES:

ASSOCIADOS DEVEM REDOBRAR ATENÇÃO

Importante mencionar, ainda, que, para receber qualquer valor oriundo de precatório, não há a necessidade de pagamento prévio, uma vez que os honorários dos advogados já são destacados no momento da inscrição.

AANFIP alerta a todos os associados e recomenda que, caso haja dúvida acerca de qualquer ligação ou correspondência, seja feito o contato com o Setor Jurídico da Entidade, que estará à disposição para esclarecer.

RFB libera programa de declaração do IRPF 2021



Receita Federal

O programa gerador do Imposto de Renda 2021, ano-base 2020, já pode ser baixado no site da Receita Federal do Brasil. Com o programa, o contribuinte pode começar a fazer o preenchimento dos dados e aguardar o início do prazo de envio, que começa em 1º de março e vai até o dia 30 de abril.

O programa está disponível no site da RFB, basta clicar [AQUI](#). Também tem versões para celular, o “Meu Imposto de Renda”, tanto na plataforma Android quanto IOS. Aqueles que preferirem fazer pelo e-Cac (Centro Virtual de Atendimento da RFB) também podem, clique [AQUI](#). Basta acessar a aba “Meu Imposto de Renda”.

A Receita Federal estima que sejam entregues 32.619.749 declarações. Confira [AQUI](#) quem está obrigado a declarar o imposto.

IRPF: Declaração de 2021 tem mais de um comprovante de renda para aposentados e pensionistas



O Ministério da Economia já disponibilizou os comprovantes de rendimentos dos servidores aposentados e dos pensionistas, para a declaração de Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF) relativo a 2020.

Os beneficiários que migraram em 2020 para o Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas (Decipex), irão dispor de mais de um comprovante de rendimentos e terão que gerar a declaração referente a todas as fontes pagadoras, mudando o vínculo no sistema ao emitir cada uma.

A mudança de vínculo é decorrente da centralização, que ocorre desde maio de 2019 e tem por objetivo a

padronização do processo de concessão de aposentadoria e de pensão, implantação de novo modelo de atendimento de pessoal e a digitalização do acervo documental.

Para obter os comprovantes, basta acessar o site do Sistema de Gestão e Acesso (aqui) ou o aplicativo Sigepe Mobile nos dispositivos móveis e buscar o ícone “Comprovante de Rendimentos”. Confira no link o passo a passo, disponibilizado pelo Decipex, para a emissão dos documentos referentes aos dois vínculos:

www.anfip.org.br/wp-content/uploads/2021/02/Comprovante-de-Rendimento.pdf

Conselho Executivo promove reunião ordinária



Os integrantes do Conselho Executivo da ANFIP realizaram videoconferência, na sexta-feira (26/2), para conclusão dos assuntos da pauta de reunião ordinária iniciada na quinta-feira (25/2). O presidente Décio Bruno Lopes coordenou os trabalhos.

O primeiro item analisado foi o tema

relacionado à área de Administração, Patrimônio e Cadastro. Na ocasião, com participação da área de Tecnologia da Informação da ANFIP, foi apresentado o sistema de voto eletrônico que está sendo desenvolvido na Associação.

João Moreira, vice-presidente da área, fez um breve histórico das

definições anteriores e orientou os demais conselheiros para fazerem suas observações e sugestões, a fim de que os ajustes possam ser feitos pelos técnicos da informática. O objetivo é que o sistema eletrônico seja finalizado o quanto antes, para que seja utilizado nas eleições da ANFIP que vão ocorrer no segundo semestre de 2021.

Em seguida, a vice-presidente de Assuntos Jurídicos, Maria Beatriz Fernandes Branco, apresentou aos integrantes do Conselho Executivo o andamento das ações jurídicas da Associação e os demais temas relacionados à área.

Durante os dois dias de reunião foram analisados outros assuntos, como Reforma Administrativa; prestação de contas e a execução orçamentária do último trimestre de 2020; próxima Convenção Nacional, que vai acontecer em 2021; apresentação das Comissões temáticas da ANFIP; dentre outros.

Conselho de Representantes analisa pauta de ações das Estaduais



O Conselho de Representantes da ANFIP promoveu na quarta-feira (24/2) reunião ordinária, realizada por videoconferência, para deliberar uma extensa pauta de atividades. O encontro foi conduzido pelo coordenador da Mesa, Genésio Denardi (SP).

O presidente da ANFIP, Décio Bruno Lopes, fez a abertura da reunião, que também contou com a participação do vice-presidente executivo, Márcio Humberto Gheller.

Décio Lopes passou informes sobre a PEC 186/19 (Emergencial) e as recentes reuniões com o Fórum Nacional de

Carreiras Típicas de Estado (Fonacate) para definição de estratégias de enfrentamento. Também falou sobre a Reforma Tributária, e as atividades de defesa dos interesses dos servidores discutidas em reuniões com o Grupo Fisco.

O presidente destacou ainda que o Conselho Executivo está em plena atividade. “As coisas não param e a ANFIP não pode parar. Nós não caminhamos sozinhos, pois é perigoso, nós caminhamos juntamente com o Conselho de Representantes, com o Conselho Fiscal, e todos aqueles que se dispuserem a trabalhar conosco nas

comissões de trabalho e nas sugestões de melhoria da Entidade”, declarou. Décio Lopes comunicou também que o sistema de votação eletrônica da Entidade está pronto e será apresentado ao Conselho Executivo.

O vice-presidente da Estadual de Santa Catarina, Floriano José Martins, representando a Comissão ANFIP do Futuro, expôs aos presentes o projeto piloto de unificação das inscrições e das mensalidades da Entidade e as etapas necessárias para viabilizar a execução do projeto. A Comissão conta com mais três subgrupos que tratam da otimização orçamentária, marketing institucional e enfrentamento concorrencial.

Na oportunidade, também foi realizada a análise e votação do parecer das Comissões do Conselho de Representantes sobre os relatórios de atividades realizadas pelos integrantes do Conselho Executivo e respectivos planos de ação do período julho a dezembro de 2020; e o acompanhamento do andamento das Resoluções, diretrizes, teses e proposições aprovadas na XXVII Convenção Nacional.

ANFIP reúne-se com entidades do Fórum pela Redução da Desigualdade Social

O assessor de Estudos Socioeconômicos da ANFIP, Vilson Antonio Romero, participou na terça-feira (23/2) da reunião do Fórum Nacional pela Redução da Desigualdade Social no Brasil. O encontro foi coordenado pelo conselheiro e ex-presidente do Conselho Federal de Economia (Cofecon), Wellington Leonardo da Silva, e contou com a presença de dezenas de lideranças de entidades de classe e movimentos sociais, além da associada Rita Felicetti.

Vilson Romero destacou que um grande instrumento de redução da desigualdade atualmente é o auxílio emergencial. “Imagino que depois de o governo ter cessado o pagamento, deve ter empurrado novamente cerca de 40 milhões de brasileiros para baixo da linha da pobreza, e isso um é tema relevante que nós devemos estar atentos às possibilidades. Temos que, de fato, exigir desse governo com a maior brevidade possível uma solução que independe da PEC Emergencial (186/19)”, alertou.

Na oportunidade, a ANFIP passou a integrar um grupo de trabalho que foi constituído e se reunirá posteriormente para a elaboração de um comunicado para a sociedade externando a preocupação do Fórum com a importância da continuidade do auxílio emergencial. O Fórum também publicará uma nota em prol da mobilização por vacinas contra a Covid-19 para todos.

Os representantes também discutiram as ações referentes ao eixo de trabalho nº 5 do Fórum, que tem por objetivo: combater o sistema político responsável pela reprodução



da desigualdade social; implementar uma reforma política; e combater toda forma de desigualdade e a opressão às minorias. O Fórum realizará, em breve, um webinar para promover o debate sobre a garantia e concretização de direitos sociais à toda população, contribuindo com a definição de propostas e estratégias tendo em vista ampliar o escopo da democracia brasileira no que se refere à inclusão social e redução da desigualdade.

Foi apresentada ainda a minuta de nota pública do Fórum contra o PL 3.877/2020, que propõe a criação de depósito voluntário remunerado e pode ser votado a qualquer momento pela Câmara dos Deputados, e o PLP 19/2019, que dispõe sobre a autonomia do Banco Central. Segundo os representantes, este último deixará a política econômica sob influência ainda maior do setor financeiro, prejudicando a sociedade.

BENEFÍCIOS

Clube de Vantagens oferece condições especiais em academias

Pensando no bem-estar físico e financeiro dos associados, a ANFIP, por meio do Clube de Vantagens, disponibiliza promoções exclusivas nas melhores academias do país. E, para aqueles que preferem praticar exercícios sem sair de casa, também estão disponíveis parcerias com as plataformas on-line Queima diária e Biotreino.

Confira abaixo as academias disponíveis e aproveite agora as condições especiais no site anfip.temvantagens.com.br/login.

Condições Especiais*

Isenção da taxa de adesão*

Condições Especiais*

Isenção da taxa de adesão*

*Confira as condições no site.

Se preferir, exercite-se sem sair de casa com parcerias on-line de treinos personalizados:

ESTADUAL

ANFIP-CE renova convênio com Unifor

A ANFIP-CE reativou o convênio com a Unifor (Universidade de Fortaleza), que oferece bolsas na graduação, pós-graduação lato sensu e educação continuada para os associados da Estadual do Ceará. Para mais informações basta entrar em contato pelo número (85) 3308-5049.

NOVO MODELO DE CONTRATO
Mais facilidade para ingressar na Melhor!

BOLSAS EXCLUSIVAS DE 20 a 40% nas mensalidades para você que é funcionário desta instituição parceira!

Com a melhor Universidade do Norte e Nordeste*, desperte novas habilidades e alcance o potencial máximo da sua força de trabalho. Investir em educação é acreditar em resultados!

Quer saber mais?
Consulte o RH de sua instituição e verifique as condições do convênio.*

*QS Latin America
*Os cursos contemplados com bolsas variam por convênio.